

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.200 - DF (2019/0326307-8)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : LÊDA MARIA SOARES JANOT
RECORRENTE : FÁBIO SOARES JANOT
ADVOGADOS : NATHALIA TORRES DE SA GUIMARAES E OUTRO(S) - DF050070
FABIO SOARES JANOT - DF010667
RECORRIDO : MARIA HELENA DO VALLE
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por LÊDA MARIA SOARES JANOT e FÁBIO SOARES JANOT contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR. PENHORA DE 30% (TRINTA POR CENTO). ESPECIFICIDADE DO CASO. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

- 1. A regra da impenhorabilidade de verbas salariais pode ser flexibilizada para pagamento de prestação alimentícia.*
- 2. É cediço que os créditos oriundos de vencimentos, subsídios, soldos, salários, aposentadoria e pensões, em casos excepcionais, como para pagamento de prestação alimentícia, podem ser penhorados, na dicção do § 2º do artigo 833 do Código de Processo Civil.*
- 3. Os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais têm natureza alimentícia, sendo, em princípio, possível a penhora de 30% da verba salarial para seu pagamento.*
- 4. Segundo o princípio da razoabilidade, malgrado os honorários advocatícios ostentem natureza alimentícia, não é possível a sua prevalência em relação à dignidade do executado.*
- 5. Os atos judiciais devem se nortear pela proporcionalidade, de forma que a decisão seja a menos onerosa para o devedor.*
- 6. Agravo de Instrumento conhecido, mas não provido. Unânime" (fl. 1010, e-STJ).*

O recorrente sustenta que houve violação dos arts. 789, 833, IV e §§ 1º e 2º, 835, I, do Código de Processo Civil de 2015 e 22, 23 e 24, do Estatuto da OAB, sob o argumento de que "(...) os honorários advocatícios, tanto os contratuais como os de sucumbência, são equiparados a verba alimentar" (fl. 1.074 e-STJ). Desse modo, defende ser possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento.

Não foram apresentadas contrarrazões (certidão de fl. 1.106, e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso merece prosperar.

Cinge-se a controvérsia em verificar a possibilidade de penhora de 30% (trinta por cento) dos proventos salariais da devedora para o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.

O aresto local foi expresso no seguinte sentido:

"(...) Meu entendimento a respeito da situação específica, em que se pretende não apenas uma penhora de até 30% (trinta por cento) dos vencimentos da devedora, mas penhora diretamente sobre seus proventos, com desconto mensal até a satisfação integral do débito, deve ser avaliada de acordo com as particularidades do caso, sob pena de se comprometer a sobrevivência da parte devedora, tal como já realizado por esta e. Terceira Turma Cível em outros recursos (Acórdãos 1024993 e 1069617).

No caso em particular, os Agravantes pretendem a execução dos honorários referentes à execução do título extrajudicial dos proventos da Agravada.

Essa pretensão não se mostra razoável.

No caso em análise, a Agravada, Maria Helena do Valle, aufer, proventos mensais de R\$ 3.082,50 (três mil e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme Id. 5640413 - Pág.5.

Embora seja cediço que os honorários advocatícios possuam natureza alimentar, logo, constituindo exceção à impenhorabilidade, disciplinada no art. 833, § 2º do CPC, deve-se observar o princípio da proporcionalidade na tutela jurisdicional, mais especificamente os elementos que o constituem, quais sejam: a) necessidade: o ato judicial utilizado deve ser, de todos os meios existentes, o menos restritivo aos direitos individuais; b) adequação: impõe que o juiz considere abstratamente uma relação meio/fim entre a medida executiva e o resultado a ser obtido, determinando a providência que se mostre mais propícia a gerar aquele efeito; c) proporcionalidade em sentido estrito: o magistrado deve ponderar os interesses em jogo, aplicando a, de modo que as vantagens da utilização da medida escolhida superem as desvantagens do seu uso. (conforme o Curso de Direito Processual Civil, Fredie Didier Jr, edição 2017).

No caso em comento, não se vislumbra a proporcionalidade do pedido postulado nas razões do Agravo, pois acarretaria em risco a própria subsistência da Executada, lesando sua dignidade, de modo que as vantagens da utilização da medida escolhida não superariam as desvantagens do seu uso, ou seja, não privilegiaria a solução que melhor atenderia aos valores em conflito" (fls. 1.014-1015, e-STJ).

Todavia, a decisão proferida pela Corte local, ao negar a possibilidade de penhora de percentual dos rendimentos para pagamento de crédito relativo a honorários

advocatícios, contrariou o entendimento desta Corte no sentido de que, sendo os honorários advocatícios considerados como verba alimentar, é possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento.

A esse respeito:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTÍCIA. PENHORA DE VERBAS REMUNERATÓRIAS. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ARTIGO 833, § 2º, DO CPC/2015.

1. A Corte Especial do STJ, no julgamento dos EDcl nos EAREsp 387.601/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, DJe 4/3/2015, consolidou o entendimento de que os honorários advocatícios são considerados verba alimentar, sendo possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento.

2. Com efeito, a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o caráter absoluto da impenhorabilidade dos vencimentos, soldos e salários (dentre outras verbas destinadas à remuneração do trabalho) é excepcionado pelo § 2º do art. 833 do CPC/2015, quando se tratar de penhora para pagamento de prestações alimentícias. Portanto, tendo os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, natureza alimentícia, é possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento.

3. Recurso Especial provido"

(REsp 1.714.505/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/4/2018, DJe 25/5/2018).

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PENHORA DE 30% SOBRE CONTA SALÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 649, IV, DO CPC. EXCEÇÃO PARA A PARTE REFERENTE AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA EM RAZÃO DE SUA NATUREZA ALIMENTAR.

1. A jurisprudência desta Corte orienta que, nos termos do artigo 649, IV, do Código de Processo Civil de 1973, são impenhoráveis os valores depositados em conta destinada ao recebimento de vencimentos, salários, ou proventos de aposentadoria do devedor.

2. É possível, entretanto, a penhora de verbas remuneratórias com o objetivo de adimplir crédito relativo a honorários advocatícios, tendo em vista sua natureza alimentar, nos termos do § 2º do art. 649 do Código de Processo Civil.

3. Agravo interno parcialmente provido" (AgInt no AREsp 994.681/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 27/06/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR. PENHORABILIDADE DA REMUNERAÇÃO DO DEVEDOR. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. O caráter absoluto da impenhorabilidade dos vencimentos, soldos e salários (dentre outras verbas destinadas à remuneração do trabalho) é excepcionado pelo § 2º do art. 649 do CPC, quando se tratar de penhora

Superior Tribunal de Justiça

para pagamento de prestações alimentícias.

2. Os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, têm natureza alimentícia.

3. Assim, é possível a penhora de verbas remuneratórias para pagamento de honorários advocatícios.

4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

5. Negado provimento ao recurso especial" (REsp 1.365.469/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 26/06/2013).

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para autorizar a penhora de 30% (trinta por cento) dos rendimentos da recorrida, a incidir sobre o seu vencimento bruto, excetuados os descontos obrigatórios previstos em lei.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator